



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPANCIRETÃ

Estado do Rio Grande do Sul

R: Exp. João Moreira Alberto, 181 – Cep 98.170-000
Fone (55) 3272 7500 / 3272 1864 - Fax-(55) 3272 2433 – licitação@tupancireta.rs.gov.br

CONTRATO Nº 140/2019

CONTRATO ADMINISTRATIVO EMERGENCIAL PARA REALIZAÇÃO

DE TRANSPORTE ESCOLAR

Dispensa de Licitação por Justificativa nº 1081/2019

Processo LC: 1107

O MUNICÍPIO DE TUPANCIRETÃ – RS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno do Estado do Rio Grande do Sul, inscrito no CNPJ sob n.º 88.227.764/0001-65, com sede na Rua Expedicionário João Moreira Alberto, 181, na cidade de Tupanciretã – RS, neste ato representado por seu Prefeito, Senhor **CARLOS AUGUSTO BRUM DE SOUZA**, de ora em diante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **EUZEBIO DOS SANTOS- ME (fornecedor: 5149)**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 93.103.380/0001-70, estabelecida na Estrada Ligação 158, n.º 620, Distrito Industrial, Julio de Castilhos/RS, tel: (55) 32713228, e-mail: santos-tur@hotmail.com, neste ato representada por seu Proprietário, **Sr. Euzebio dos Santos**, portador do CPF nº 538.571.510-72, doravante denominada **CONTRATADA**, considerando a **Dispensa de Licitação por Justificativa nº 1081/2019**, com base no art. 24, inciso IV da Lei 8.666/93 e em conformidade com a solicitação da Secretaria Municipal de Educação, a autorização do Prefeito e o parecer do Assessor Jurídico do Município, constante do processo administrativo nº 2019/21.779, firmam o presente contrato, obedecidas as disposições da Lei 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 É objeto do presente contrato a locação de veículo para a realização do Transporte Escolar no território do Município de Tupanciretã – RS, na linha abaixo descrita, de acordo com o itinerário, quilometragem, tipo de veículo e com a respectiva capacidade de passageiros,

Linha: 51

Quilometragem: 103 km

Capacidade do Veículo: 20 lugares

Tipo do Veículo: Micro Ônibus

Turno: Manhã/Tarde

Dias Letivos/Mês: 20

ITINERÁRIO: Início na Rua Marcílio Dias entra na Av. Padre Roque Gonzáles, passando nas principais avenidas, Vaz Ferreira e Rio Branco, recolhendo professores, seguindo na Estrada do Batu, indo até o Tambo pegando aluna Carla, seguindo pegando alunos na estrada do Assentamento, levando até a Escola EMEF Serafim Correa de Barros, pela parte da manhã. Na parte do maio dia buscando o alunos, na estrada geral do assentamento Fatima e Conceição, levando até a Escola EMEF Serafim Correa de Barros.

Na parte da tarde, retorna no mesmo itinerário com o transporte dos professores, no mesmo itinerário da manhã. Estrada sem pavimentação asfáltica.

1.4 A CONTRATADA apresentou a documentação do veículo e do motorista, abaixo relacionados, para a realização da linha 09:

Veículo: PAS/ÔNIBUS, placa ILN4E37, ano e modelo 2003, capacidade 24P, renavan 00816675511, de propriedade de JAERCIO OLIVEIRA DE OLIVEIRA.

Motorista: Ebersson Rodolfo Berger, CNH 6046385834, categoria “D”, validade 06/03/2024, curso (validade) CETE 30/01/2024



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPANCIRETÃ

Estado do Rio Grande do Sul

R: Exp. João Moreira Alberto, 181 – Cep 98.170-000
Fone (55) 3272 7500 / 3272 1864 - Fax-(55) 3272 2433 – licitação@tupancireta.rs.gov.br

1.5 Caso o veículo acima citado estiver emplacado em outro município ou alienado, a Contratada terá o prazo de até 60 (sessenta) dias da data da assinatura do contrato ou da data da baixa da alienação existente para efetivar o emplacamento do veículo no Município de Tupanciretã.

1.6 A Contratada está ciente de que a data de fabricação de até 20 (vinte) anos para veículos tipo ônibus e micro ônibus e de até 13 (treze) anos para veículos com capacidade de até 16 passageiros (tipo van e camioneta) será exigido também para fins de renovação contratual.

1.7 Não serão pagos os dias letivos realizados com veículos não compatíveis com as exigências contratuais e que não estejam registrados junto ao Setor de Transporte Escolar do município.

1.8 O acompanhamento e a fiscalização do contrato serão de responsabilidade da Comissão designada pela Portaria nº 25.084, composta pelo Gestor: Ewerton Boer da Costa – Suplente: Francisco Carlos Sanders – Fiscal: Liana Salles Couto, conjuntamente com a Secretária Municipal da Educação e a pessoa responsável pelo Setor de Transporte Escolar.

1.8.1 Havendo troca das pessoas responsáveis pelas respectivas pastas, a responsabilidade pelo acompanhamento e pela fiscalização passará automaticamente para as pessoas nomeadas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

2.1 A Contratada deverá transportar os alunos de maneira que os mesmos cheguem à Escola antes do início das aulas, e transportá-los de volta para suas residências assim que os mesmos estiverem liberados pela Escola.

2.1.1 O embarque e o desembarque dos alunos, pela Contratada, deverá ser obrigatoriamente em frente ao portão da escola.

2.1.2 A quilometragem diária referente ao transporte de aluno que faltou aula, comprovadamente não realizada através de informação da escola, não será paga.

2.1.3 É VEDADO a Contratada executar o transporte de passageiros que não sejam estudantes, salvo acompanhantes para assistência aos alunos, quando comprovada a necessidade e houver autorização expressa do CONTRATANTE, cabendo ao infrator pagamento de multa de 2% sobre a fatura mensal em que houver a infração, por passageiro não estudante transportado, e no caso da terceira reincidência o contrato será automaticamente rescindido, independente de seu tempo de vigência.

2.1.4 **Quanto ao transporte escolar realizado em dois veículos**, a Contratada deverá transportar os alunos de suas residências até o ônibus do transporte escolar terceirizado que conduzirá os alunos até a Escola, sendo de responsabilidade do transportador aguardar a chegada do referido veículo, auxiliar os alunos de maneira que os mesmos embarquem com segurança no outro veículo. Em hipótese alguma o transportador poderá deixar os alunos sozinhos na estrada, aguardando a chegada do outro veículo que os levará até a escola.

2.2 O transporte escolar será realizado em conformidade com o calendário escolar municipal e estadual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPANCIRETÃ

Estado do Rio Grande do Sul

R: Exp. João Moreira Alberto, 181 – Cep 98.170-000
Fone (55) 3272 7500 / 3272 1864 - Fax-(55) 3272 2433 – licitação@tupancireta.rs.gov.br

2.3 As viagens extras com os alunos, como excursões, passeios, etc., não serão pagas pelo CONTRATANTE, salvo mediante solicitação prévia por escrito, devidamente autorizada pela autoridade superior.

2.4 Os veículos utilizados na realização do transporte escolar deverão ser vistoriados trimestralmente por Engenheiro Mecânico, credenciado pelo Município de Tupanciretã, que poderá recusá-los caso os mesmos não apresentem as condições mínimas de segurança para a realização do transporte, obedecendo ao que estabelece a Resolução do CONTRAN nº 232/2007.

2.5 Os veículos destinados à condução coletiva de escolares deverão estar equipados com câmeras de ré, que permitam a visão indireta dianteira e traseira do veículo, conforme estabelece a Resolução do CONTRAN nº 439/2013.

2.6 Os veículos deverão ter capacidade para transportar o número de alunos especificados em cada linha e estar em conformidade com as regras do Código de Trânsito Brasileiro.

2.7 É de responsabilidade exclusiva da Contratada, a colocação de outro veículo para a realização do transporte escolar, de forma eventual, no caso do veículo vinculado ao contrato estragar durante o percurso do transporte ou necessitar de conserto, de modo que os alunos não percam as aulas e não sejam prejudicados pela falta de transporte. O não cumprimento sujeitará ao proponente vencedor a aplicação das penalidades previstas na Cláusula Sétima do contrato.

2.8 A Contratada que necessitar substituir o veículo apresentado para fins da formalização do contrato, no decorrer do ano letivo, deverá encaminhar ao Setor de Transporte Escolar, em processo protocolado, a justificativa bem fundamentada, com comprovação, através de documentos, de que realmente o veículo lotado não tem condições de continuar realizando o transporte escolar, bem como apresentar a documentação do veículo que irá substituí-lo, para que seja analisada.

2.8.1 A Contratada somente poderá concretizar a substituição após o deferimento da Administração Municipal no processo protocolado.

2.9 **É vedado** à Contratada **ceder ou transferir o veículo** vinculado à execução do transporte e, por consequência, **o contrato celebrado**, sob pena de rescisão contratual e aplicação das penalidades cabíveis.

2.10 No caso da Contratada desistir ou declarar-se impossibilitada de realizar o transporte, **não poderá transferir a linha para terceiros**, devendo solicitar a rescisão do contrato para que a Prefeitura possa contratar um novo prestador de serviço de transporte escolar.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DO PAGAMENTO

3.1 O CONTRATANTE pagará o valor de **R\$ 4,10 (quatro reais e dez centavos)** pelo km rodado.

3.2 O pagamento será efetuado entre os dias **15 a 20 do mês subsequente** ao da realização do transporte escolar, mediante efetividade fornecida pela Direção e pelo CPM da Escola contemplada com transporte, após a liberação da Nota Fiscal pelo Setor do Transporte Escolar, através de depósito em conta corrente fornecida pela Contratada.

3.2.1 É requisito essencial para fins de pagamento a apresentação, juntamente com a Nota Fiscal, dos documentos abaixo relacionados:



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPANCIRETÃ

Estado do Rio Grande do Sul

R: Exp. João Moreira Alberto, 181 – Cep 98.170-000
Fone (55) 3272 7500 / 3272 1864 - Fax-(55) 3272 2433 – licitação@tupancireta.rs.gov.br

- Certificado de Regularidade do FGTS, CND da Receita Federal e CND Municipal, com prazo de validade atualizada;
- Comprovante de pagamento da apólice de seguro ou, no caso da apólice ser parcelada, o comprovante do pagamento das parcelas do seguro;
- Comprovante da regularidade do pagamento dos encargos relativos aos empregados (motoristas);
- Comprovante da renovação do curso de Transporte Escolar e respectivo registro na CNH do motorista vinculado ao contrato (exigência para as empresas que tenham motoristas com cursos vencendo no exercício de 2019);
- Comprovante de que o veículo vinculado ao contrato está com as obrigações em dia (Licenciamento 2019, autorização DETRAN, Vistoria Engenheiro Mecânico).

3.2.2 O responsável pelo Setor do Transporte Escolar deverá informar ao proponente vencedor, antes da emissão da nota fiscal, se deverá constar no corpo da nota fiscal o nome de Programa (PNATE, PEATE, Salário Educação ou MDE), caso o pagamento seja feito com recursos repassados pela União e/ou Estado.

3.2.3 Por ocasião do pagamento dos serviços contratados, total ou parcial, a Secretaria da Fazenda deverá observar o disposto na instrução normativa nº 971/2009, exigindo da Contratada a comprovação relativa à retenção dos valores devidos ao INSS ou então, reter estes valores e fazer o pagamento segundo determinações do órgão, nos percentuais legais e nos percentuais legais e ainda observar retenções ISS e IRRF conforme legislação vigente.

3.3 A Nota Fiscal somente será liberada para pagamento quando o cumprimento do contrato estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

3.4 O CNPJ da Contratada, constante da nota fiscal, deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.5 Nos pagamentos feitos pela Administração, poderão ser efetuadas retenções relativas a tributos de competência municipal ou os que o mesmo está como responsável pela legislação vigente.

3.6 Nenhum pagamento será efetuado a Contratada enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

3.7 Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.8 A despesa referente aos serviços objeto do presente contrato será empenhada nas seguintes dotações orçamentárias:

ORGÃO: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UNIDADE: 04 – COORDENADORIA TÉCNICA DA SME

ATIVIDADE: 2037 – Manutenção dos Serviços de Transporte Escolar do Ensino Fundamental

NATUREZA DA DESPESA: 3390.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: 0001 – RPL

Despesa: 8145– Serviço Transporte Escolar



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPANCIRETÃ

Estado do Rio Grande do Sul

R: Exp. João Moreira Alberto, 181 – Cep 98.170-000
Fone (55) 3272 7500 / 3272 1864 - Fax-(55) 3272 2433 – licitação@tupancireta.rs.gov.br

ORGÃO: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UNIDADE: 04 – COORDENADORIA TÉCNICA DA SME

ATIVIDADE: 2037 – Manutenção dos Serviços de Transporte Escolar do Ensino Fundamental

NATUREZA DA DESPESA: 3390.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: 0020-MDE

Despesa: 8146 – Serviço Transporte Escolar

ORGÃO: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UNIDADE: 04 – COORDENADORIA TÉCNICA DA SME

ATIVIDADE: 2037 – Manutenção dos Serviços de Transporte Escolar do Ensino Fundamental

NATUREZA DA DESPESA: 3390.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: 1016 – PNATE

Código da Despesa: 8147 – Serviço Transporte Escolar

ORGÃO: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UNIDADE: 04 – COORDENADORIA TÉCNICA DA SME

ATIVIDADE: 2037 – Manutenção dos Serviços de Transporte Escolar do Ensino Fundamental

NATUREZA DA DESPESA: 3390.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: 1021 – Salário Educação

Despesa: 8148 – Serviço Transporte Escolar

ORGÃO: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UNIDADE: 04 – COORDENADORIA TÉCNICA DA SME

ATIVIDADE: 2037 – Manutenção dos Serviços de Transporte Escolar do Ensino Fundamental

NATUREZA DA DESPESA: 3390.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: 1024 – PEATE

Despesa: 8149 – Serviço Transporte Escolar

CLÁUSULA QUARTA – DO CONTRATO E DO PRAZO

4.1 O contrato regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei 8.666/93, observadas suas alterações posteriores, pelas disposições deste edital e pelos preceitos do direito público.

4.2 O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pelo Município a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

4.3 Farão parte integrante do contrato as condições previstas no edital e na proposta apresentada pelo adjudicatário.

4.4 O prazo de vigência do contrato será de 06 (seis) meses, a contar de 16 de abril de 2019.

4.5 As alterações no contrato, que porventura se fizerem necessárias, desde que em acordo entre as partes, serão feitas através de Termo Aditivo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPANCIRETÃ

Estado do Rio Grande do Sul

R: Exp. João Moreira Alberto, 181 – Cep 98.170-000
Fone (55) 3272 7500 / 3272 1864 - Fax-(55) 3272 2433 – licitação@tupancireta.rs.gov.br

CLAUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - Do Município:

- 5.1.1 - Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva prestação do serviço, objeto deste Contrato;
- 5.1.2 - Aplicar a contratada, penalidades, quando for o caso;
- 5.1.3 - Prestar a contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do contrato;
- 5.1.4 - Efetuar o pagamento a contratada no prazo avençado, após a entrega da nota Fiscal no setor competente;
- 5.1.5 - Notificar, por escrito, a contratada, da aplicação de qualquer sanção.

5.2 - Da Contratada:

- 5.2.1 - Fornecer o serviço nas especificações contidas neste contrato;
- 5.2.2 - Pagar todos os tributos que incidam ou venham, a incidir, direta ou indiretamente sobre os serviços contratados;
- 5.2.3 - Manter, durante a execução do contato, as mesmas condições iniciais da habilitação;
- 5.2.4 - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto deste contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;
- 5.2.5 - Fornecer o objeto contratado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;
- 5.2.6 - Fornecer o serviço de boa qualidade, dentro dos padrões exigidos no presente termo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS EXIGÊNCIAS DA LEI 9.503

6.1 A **CONTRATADA** deverá atender as exigências constantes do Capítulo XIII - Da Condução de Escolares da Lei 9.503, abaixo relacionados, em relação ao veículo e ao motorista que irá realizar o transporte escolar, objeto deste contrato:

Art. 136 – Os veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executivo de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, exigindo-se, para tanto:

- I – Registro como veículo de passageiros;
- II – Inspeção trimestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;
- III – Pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de altura, à meia altura em toda extensão das partes laterais da carroceria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroceria na cor amarela, a cores aqui indicadas devem ser invertidas;
- IV – Equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo;
- V – Lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;
- VI – Cinto de segurança em número à lotação;
- VII – Outros requisitos e equipamentos obrigatórios estabelecidos pelo CONTRAN.

Art. 137 – A autorização a que se refere o art. anterior deverá ser fixada na parte interna do veículo, em local visível, com inscrição da lotação permitida, sendo vedada a condução de escolares em numero superior à capacidade estabelecida pelo fabricante.

Art. 138 – O condutor de veículo destinado à condução de escolares deve satisfazer os seguintes requisitos:

- I – ter idade superior a vinte e um anos;
 - II – ser habilitado na categoria D;
 - III – ser julgado apto em exame de avaliação psicológica;
-



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPANCIRETÃ

Estado do Rio Grande do Sul

R: Exp. João Moreira Alberto, 181 – Cep 98.170-000
Fone (55) 3272 7500 / 3272 1864 - Fax-(55) 3272 2433 – licitação@tupancireta.rs.gov.br

IV – não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os últimos doze meses;

V – ser aprovado em curso especializado, nos termos da regularização do CONTRAN.

Art. 139 – O disposto deste Capítulo não exclui a competência municipal de aplicar as exigências, previstas em seus regulamentos, para transporte de escolares.

CLAUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 - O não cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada ensejará a aplicação das seguintes penalidades:

I - Advertência, por escrito;

II – Multa;

III - Suspensão temporária do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública Local, pelo prazo de 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

7.1.1. Será aplicada multa de 2% (dois por cento) por dia de atraso na execução do serviço, incidentes sobre o valor do empenho a que se referir a infração, a partir do 5º (quinto) dia até o 30º (trigésimo) dia, quando o Contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.

7.1.2. Será aplicada multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução total do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais, quando o fornecimento dos serviços for inferior a 50% (cinquenta por cento) do contratado.

7.2. O valor correspondente a qualquer multa aplicada à Contratada, respeitado o princípio do contraditório e da ampla defesa, deverá ser depositado no prazo máximo de 10 (dez) dias, após o recebimento da notificação, na forma definida pela legislação, em favor do **MUNICÍPIO DE TUPANCIRETÃ**, ficando a empresa obrigada a comprovar o pagamento, mediante a apresentação da cópia do recibo do depósito efetuado.

7.2.1. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de juros de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, após o qual, o débito poderá ser cobrado judicialmente.

7.3. No caso da Contratada ser credora de valor suficiente ao abatimento da dívida, o Município poderá roceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

7.4. Se a multa aplicada for superior ao total dos pagamentos eventualmente devidos, a Contratada responderá pela sua diferença, podendo esta ser cobrada judicialmente.

7.5. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a Contratada de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto ao Município, decorrentes das infrações cometidas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPANCIRETÃ

Estado do Rio Grande do Sul

R: Exp. João Moreira Alberto, 181 – Cep 98.170-000
Fone (55) 3272 7500 / 3272 1864 - Fax-(55) 3272 2433 – licitação@tupancireta.rs.gov.br

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 A inexecução total ou parcial do contrato ensejará na sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei, cujos motivos para a referida rescisão são os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93.

8.2 O Município poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a legislação vigente, nos seguintes casos:

- por infração a qualquer de suas cláusulas;
- pedido de concordata, falência ou dissolução da contratada;
- em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expresso aviso ao Município;
- por comprovada deficiência no atendimento do objeto deste contrato;
- mais de 2 (duas) advertências.

8.3 O Município poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no art. 79 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 As disposições constantes da **Lei Municipal nº 3497**, de 1º de outubro de 2013, que regulamenta a prestação de serviços de transporte escolar, deverão ser observadas no cumprimento da prestação de serviço ora contratada.

9.2 A **CONTRATADA** deverá executar o serviço de modo satisfatório e de acordo com as determinações do **CONTRATANTE**, bem com deverá cumprir os horários, percursos e quilometragem definidos para a realização do Transporte Escolar, eximindo de responsabilidade o Poder Público Municipal por eventuais descumprimentos, caso em que incide uma dentre as seguintes normas, de forma conjunta na dependência da gravidade da situação geral:

1º- a rescisão unilateral do contrato, de forma imediata;

2º- o não pagamento da quilometragem excessiva.

3º- a indenização, pela **CONTRATADA**, de perdas e/ou danos causados aos beneficiários ou ao Poder Municipal;

4º- a substituição da execução do transporte, com rescisão unilateral do contrato;

5º - a não realização do transporte em algum determinado dia, será descontado no ato do pagamento.

9.3 Em nenhuma hipótese, a **CONTRATADA** poderá vender o veículo, na vigência do contrato de prestação de serviços, e por consequência o contrato a terceiros.

9.4 Poderá o **CONTRATANTE** rescindir unilateralmente o contrato, mesmo que a **CONTRATADA** não haja dado causa à rescisão, atendendo sempre ao interesse público.

9.5 A **CONTRATADA** será responsável pelo pagamento de salários de pessoal, eventualmente empregado para execução dos serviços ora pactuados, bem como será responsável pelo pagamento dos encargos sociais e trabalhistas vigentes ou que venham a



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPANCIRETÃ

Estado do Rio Grande do Sul

R: Exp. João Moreira Alberto, 181 – Cep 98.170-000
Fone (55) 3272 7500 / 3272 1864 - Fax-(55) 3272 2433 – licitação@tupancireta.rs.gov.br

ser criados, não respondendo o **CONTRATANTE**, perante os órgãos arrecadadores dos encargos, e nem assumindo qualquer responsabilidade por salários, multas, contribuições sociais, nem por acidente decorrentes da prestação do serviço.

9.6 É facultado a **CONTRATADA** substituir o Motorista, de forma eventual ou permanente, em caso de doença, falta ao serviço, ou qualquer outro motivo que justifique sua substituição, desde que seja apresentada ao Município, toda a documentação exigida neste contrato do motorista que irá fazer a substituição e seja expedida autorização Municipal para tal fato.

9.7 A **CONTRATADA** é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do contrato não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado.

9.8 É **VEDADO** à **CONTRATADA** executar o transporte de passageiros que não sejam estudantes, salvo acompanhantes para assistência aos alunos, quando comprovada a necessidade e houver autorização expressa do **CONTRATANTE**, cabendo ao infrator pagamento de multa de 2% sobre a fatura mensal em que houver a infração, por passageiro não estudante transportado, e no caso da terceira reincidência o contrato será automaticamente rescindido, independente de seu tempo de vigência.

9.9 A **CONTRATADA** é responsável pelo perfeito estado de conservação do veículo utilizado na prestação do serviço, ora pactuados, notadamente na sua mecânica, como também na manutenção do veículo sempre limpo e em condições de segurança.

9.10 A Administração Municipal poderá aferir o percurso da linha, a qualquer tempo de vigência do contrato, podendo fazer um Termo Aditivo ao contrato caso seja constatada irregularidade na distância percorrida, podendo aumentar ou diminuir o percurso, bem como se houver desistência de algum aluno e não for mais necessário o transporte até sua residência diminuindo o trajeto, como também se houver ingresso de algum novo estudante e o trajeto aumentar.

9.11 A **CONTRATADA** deverá responder por si e por seus prepostos, por danos causados ao Município ou a terceiros por sua culpa ou dolo.

9.12 A **CONTRATADA** deverá cumprir o que for estabelecido nas Portarias, Resoluções ou qualquer outro Ato Administrativo do Município que tratar de matéria relacionada ao objeto contratado.

9.13 Durante a vigência do contrato é facultado ao **CONTRATANTE** fazer aditivo ao contrato, se caso, mediante comprovação através de levantamento econômico financeiro, realizado pela Administração, houver valor acima ou abaixo dos valores reais de mercado.

CLAUSULA DÉCIMA – DA CESSÃO

10.1 Os direitos adquiridos através deste contrato são intransferíveis, ficando vedado a sua transferência, em parte ou num todo, para terceiros.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS COMUNICAÇÕES



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPANCIRETÃ

Estado do Rio Grande do Sul

R: Exp. João Moreira Alberto, 181 – Cep 98.170-000
Fone (55) 3272 7500 / 3272 1864 - Fax-(55) 3272 2433 – licitação@tupancireta.rs.gov.br

11.1 As comunicações entre as partes contratantes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente contrato, serão feitas sempre por escrito.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato, elegem as partes o Foro da Comarca de Tupanciretã – RS, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordados, assinam este contrato os representantes das partes e as testemunham abaixo em duas vias de igual teor e forma.

Prefeitura de Tupanciretã – RS, 22 de abril de 2019

Carlos Augusto Brum de Souza
Prefeito de Tupanciretã - CONTRATANTE

Euzebio dos Santos - ME
CONTRATADA

Testemunhas:

